

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

A PESQUISA URBANA MARXISTA NA FRANÇA

A CONTRIBUIÇÃO DE MANUEL CASTELLS

Monografia apresentada à disciplina
AUP 823 – **Avaliação da Teoria Intra-
Urbana** – 2009/2 - ministrada pelos
professores Csaba Dèak, Klara Kaiser
Mori e Nuno Azevedo Fonseca.

Aluno: Diego Ferretto

São Paulo, janeiro de 2010.

1. INTRODUÇÃO

Esse texto constitui-se num esforço de estabelecer uma primeira aproximação teórica dos principais temas relacionados à pesquisa urbana de matriz marxista, desenvolvida na França, nas décadas de 1960 e 1970, assim como de seus principais expoentes, destacando, sobretudo, a obra de Manuel Castells, representada pelo livro *A questão urbana*, de 1972.

A compreensão da emergência da pesquisa urbana na França passa, necessariamente, pelo reconhecimento do contexto histórico em que esta foi produzida. Para tanto, o texto se apóia no artigo de Christin Topalov¹ (1987).

A análise do texto de Castells - *A questão urbana*, por sua vez, se justifica pela enorme influência de seu pensamento na América Latina, sendo que grande parte da produção intelectual voltada a discutir as contradições urbanas inerentes ao crescimento capitalista das cidades, movimentos urbanos e classes sociais se reporta a sua obra. É certo que *A questão urbana* é uma obra polêmica, e que há necessidade de abordagem de outros autores (Lefebvre, Lojkin, Harvey) do mesmo período como forma de construir um quadro teórico mais consistente, no sentido de identificar convergências, divergências e posicionamentos acerca da questão urbana.

Nesse contexto, esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla a ser desenvolvida, e ao se debruçar em Castells, propõe-se a destacar as idéias centrais levantadas pelo autor, em 1972. Serão apontadas, no entanto, notas críticas a partir do artigo do sociólogo inglês Michael Harloe, publicado em 1979², que discorre sobre as questões e contradições fundamentais da obra de Castells. Tais apontamentos dão entrada para futuras investigações mais aprofundadas.

O texto se organiza em duas partes: primeiro, uma contextualização do surgimento da pesquisa urbana na França e de seus desdobramentos, a partir do artigo de Topalov (1987); segundo, um resumo da obra *A questão Urbana* (1972) Castells, a partir da consulta do texto original, com apontamentos críticos com base em Harloe (1979).

¹ Artigo intitulado *Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965*, escrito em 1987 e publicado na revista Espaço & Debates, em 1988.

² Artigo intitulado *Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas*, escrito em 1979 e publicado na revista Espaço & Debates, em 1989.

2. A PESQUISA URBANA NA FRANÇA, SEGUNDO TOPALOV (1987)

Este item corresponde a uma síntese do artigo de Christin Topalov, publicado na revista Espaço e Debates, em 1988, cujo texto foi apresentado originalmente no Seminário *La investigación urbana em América Latina: caminos recorridos e por recorrer*, em 1987, que versa sobre a origem e os desdobramentos da pesquisa urbana na França.

2.1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Na década de 1960, inaugura-se a pesquisa urbana na França, inicialmente em resposta a uma política estatal que solicita às ciências sociais uma contribuição efetiva voltada ao controle do desenvolvimento urbano. O planejamento tecnocrático, racionalizado, livre de pressões políticas constitui-se na ideologia dominante cunhada pelo Estado como forma de promover o desenvolvimento urbano.

No entanto, a Universidade Francesa, historicamente constituída num certo isolamento face à sociedade, resiste à pesquisa aplicada. Somente alguns pesquisadores, a minoria da hierarquia acadêmica tradicional, aderem ao apelo tecnocrático do Estado, e inauguram de fato, a pesquisa urbana francesa.

Nesse momento, identificam-se basicamente três linhas de pesquisa desenvolvidas em resposta a questões formuladas sob encomenda estatal, e inspiradas principalmente na produção norte-americana. A primeira questão, dirigida aos economistas, solicita formas de controle do acelerado processo de urbanização; a resposta se dá através de modelos numéricos de crescimento urbano. A segunda questão é de cunho culturalista e versa sobre como favorecer a adaptação das famílias no ambiente urbano; a resposta é formulada por uma psico-sociologia culturalista, corrente representada por Paul-Henri Chombart de Lauwe, principalmente através de aplicação e análise de questionários. A terceira questão colocada pelos planejadores visa identificar formas de superar os entraves entre os poderes locais e a racionalidade do planejamento tecnocrático, desconsidera-se assim, os efeitos de ações planificadoras sobre as populações locais.

Outras correntes de pesquisa se estruturam paralelamente àquelas institucionalizadas, destacando-se trabalhos que encaram o urbanismo como disciplina, inspirados, sobretudo, na semiologia urbana de Kevin Lynch e contrários ao urbanismo funcionalista e tecnocrático. Surgem as primeiras pesquisas francesas sobre forma urbana e história do urbanismo (Choay,

1965; Kopp, 1967) e lançam-se as bases para a pesquisa histórica sobre arquitetura urbana, que será materializada no final da década de 1970 (Castex, Depaule, Panerai, 1977).

2.2. RUPTURA

No final da década de 1960, há um notável enfraquecimento da ideologia planificadora, uma vez que o setor privado, respondendo a grandes interesses financeiros, se impõe sobre as decisões do Estado, em grandes obras de urbanização, por exemplo. Assim, o discurso técnico-centralizador do Estado perde força, e diante da falência do modelo planificador e das reivindicações populares, a pesquisa urbana toma outros rumos, embora ainda financiada pelo Estado, assume maior autonomia. O Estado se desvincula da Universidade e diversifica as frentes de pesquisa, financiando pequenas associações e se distanciando da rígida hierarquia acadêmica vigente na França.

O ano de 1968, especialmente, marca um período de instabilidade social na França, de fortalecimento de movimentos de esquerda e questionamentos à ordem estabelecida. No campo intelectual a nova e ampla conjuntura impulsiona a teoria Marxista.

“Era o renascimento de um marxismo ocidental, ao mesmo tempo mais teórico e mais empírico, de algum modo uma ‘caixa de ferramentas’, cuja principal ambição era a de analisar as coisas como elas são, ao invés de decretar o que elas deveriam ser. [...] A variável francesa do fenômeno era sobretudo o estruturalismo, postura teórica que recusava radicalmente as evidências do senso comum, notadamente a principal dentre elas: a soberania do sujeito” (p. 11)

2.3. NOVOS TEMAS

No novo contexto político e social, novas questões urbanas são formuladas criticamente, sobretudo, a partir da premissa que o espaço urbano é um produto social, resultado simultâneo de ações coletivas e individuais de acumulação de capital. Rejeitando às questões levantadas pelo Estado, e buscando identificar os agentes mais relevantes na conformação da cidade, a nova pesquisa urbana inclui em suas análises o próprio Estado.

“Em resumo, a cidade não é mais definida como um dado da natureza, um conjunto de mecanismos de mercado, um objeto de planejamento ou uma cultura: é o produto da estrutura social em sua totalidade, ao mesmo tempo e resultado e o desafio (*enjeu*) das contradições entre classes. No seio desta estrutura, portanto, nenhum elemento pode ser considerado como dado. [...] Esta abordagem implica a abolição das fronteiras entre disciplinas acadêmicas, e a nova pesquisa urbana vai efetivamente mobilizar sociólogos e economistas, juristas e arquitetos.” (p. 12)

Uma vez entendida como produto social, as análises do espaço urbano buscam elucidar a produção dos elementos do ambiente construído e seus agentes, incluindo o Estado. A cidade é assumida, sobretudo, como espaço de consumo coletivo e reprodução da força de trabalho. A saber, os principais temas e autores do período: ação dos bancos no setor imobiliário (Combes, Latapie, 1974); enquetes sobre promotores imobiliários (Topalov, 1974); enquetes sobre as construtoras (Combes, 1978); história da produção de moradias (Lescure, 1982; Topalov, 1987); debate acerca das teorias de renda fundiária (Lipietz, 1974; Lafont, Leborgne, 1977; Topalov, 1984), políticas públicas em matéria de equipamentos coletivos (Dagnaud, 1978); políticas habitacionais e reprodução da força de trabalho (Magri, 1977); movimentos populares e o problema da moradia (Castells, 1973).

“A difusão internacional deste conjunto de trabalhos remete a seus autores a imagem de uma “escola francesa de sociologia urbana marxista”, cuja problemática teórica se liga a outras desenvolvidas em vários países, especialmente na Grã-Bretanha e Itália, nos Estados Unidos, e em muitos países da América Latina.” (p.13)

2.4. CRISE (1975-1987)

O ano de 1975 constitui-se no marco cronológico do início da crise da “escola francesa de sociologia urbana” por ser esse o ano que marca o início de uma grande crise e reestruturação mundial do sistema capitalista. A crise do capitalismo expressa pelo declínio da produção industrial e por modificações na divisão do trabalho se refletem no arrefecimento do crescimento urbano e das grandes obras. Há descentralização de políticas urbanas e fortalecimento dos poderes locais, há também enfraquecimento de movimentos sociais. A pesquisa urbana, implantada na década de 1960 pelo Estado, tem seus programas reorientados e perde linhas de financiamento. Os inúmeros pesquisadores que deixam de ser financiados pela administração são recolocados, em 1976, nas instituições tradicionais de pesquisa, sobretudo a CNRSS (Centre National de Recherche Scientifique). Nesse momento, a pesquisa urbana que rompera, a partir de 1968, com a rígida estrutura acadêmica francesa se fundia-se novamente a esta, em outro contexto, mas de qualquer maneira sendo necessário uma readaptação. Na nova conjuntura, altera-se tanto a matriz conceitual como os objetos da pesquisa urbana.

2.5. NOVOS OBJETOS PÓS MARXISMO

Um novo momento na pesquisa urbana se inicia, então, a partir de 1975, e se consolida na década de 1980. Emergem temas que investigam a ordem capitalista e seus processos de reestruturação, assim como se verifica uma tendência de negação da matriz teórica marxista na pesquisa urbana. Se a pesquisa urbana dos anos 1970 tratou de mudanças políticas; na década de 1980 se volta à reprodução social.

Atento ao contexto histórico em que se estruturou a pesquisa urbana francesa, Topalov (1987) questiona, sobretudo, as formulações dos objetos de pesquisa no período.

“[...] eu não creio que o desenvolvimento da pesquisa urbana entre o começo dos anos 60 e final dos anos 70, tanto nos países capitalistas desenvolvidos como na América Latina, tenha sido simplesmente a consequência da explosão de problemas urbanos que exigiam respostas. Entre as coisas e as palavras que uma sociedade adota para dizê-las, existe uma distância essencial, pois as formas da representação são sempre organizadas pelas relações práticas dos homens entre

si. Ora, no século XX, os problemas sociais a serem resolvidos são definidos essencialmente a partir dos instrumentos de ação disponíveis dentro do Estado. Se a “questão urbana” se tornou central no Ocidente durante vinte anos, é porque a cidade foi colocada como o lugar estratégico da gestão estatal dos conflitos sociais. E se as políticas urbanas se tornaram o objeto principal de pesquisas, é porque este modo de gestão havia entrado em crise.” (Topalov, 1988, p. 18)

2.6. EXPOENTES DA PESQUISA URBANA NA FRANÇA

O sociólogo inglês Michael Harloe, em artigo escrito em 1979, afirma que a então nova pesquisa urbana de matriz marxista vinha se desenvolvido principalmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. O autor destaca, sobretudo, duas obras: *La question urbaine*, de Manuel Castells, publicada em Francês em 1972 e *Social justice in the city*, de David Harvey, publicado em 1973. Obviamente, não se pode excluir as contribuições fundamentais de teóricos como Henry Lefebvre, Jean Lojkine, Mark Gottdiener e Edmond Pretecelle.

Villaça (2001) ao questionar quais seriam os processos socioespaciais urbanos mais relevantes, afirma que nas últimas décadas, não se desenvolveu pelos estudiosos de origem marxista corrente de pensamento coesa capaz de elencá-los. O autor destaca a obra de Castells como uma efêmera incursão no tema.

“Manuel Castells foi o único dos contemporâneos de origem marxista que apresentou uma proposta de abordagem teórica abrangente do espaço intra-urbana em *La question urbanine*. Entretanto, sua proposta não prosperou já que ele próprio abandonou esse campo de investigação sem ter deixado seguidores.” (Villaça, 2001, p. 30)

A seguir, será abordada a obra de Manuel Castells, sobretudo, sob uma perspectiva descritiva, como forma de apreender seus principais argumentos e teses.

3. A QUESTÃO URBANA (1972), SEGUNDO MANUEL CASTELLS

Manuel Castells, sociólogo de origem espanhola, é considerado um dos mais importantes representantes da sociologia urbana francesa, tendo lecionado na Universidade de Paris entre 1967 e 1979. Sua obra emblemática deste período é o livro *La question urbaine*, publicado em 1972 em francês, traduzido para o português como *A questão urbana*, em 1983.

O próprio Castells define sua obra como um conjunto de três operações intelectuais entrelaçadas: um apanhado crítico da contribuição das ciências sociais aos estudos da urbanização; a partir disso a reconstrução de um esquema teórico baseado na versão althusseriana da teoria marxista, visando entender os processos sociais subjacentes à problemática urbana e por fim uma série de investigações empíricas, sobre políticas urbanas especialmente. O autor destaca ainda as teses fundamentais de sua obra, a saber: a problemática urbana é fundamental em nossas cidades e foi tratada de forma ideológica pelas ciências sociais, há necessidade de identificação dos problemas concretos e do estabelecimento de categorias de análise; o marxismo não abarcou os problemas urbanos porque esses formam parte da esfera da reprodução; o papel central do Estado diante do novo processo de urbanização exige uma teoria que integre a análise do espaço, das lutas sociais e dos processos políticos, por isso a necessidade da referência à teoria marxista.

Castells (1983, p. 14) destaca que o termo urbano aparece empregado como um objeto ideológico e não teórico, campo das lutas de classes.

Como uma justificativa geral à obra, o autor destaca que no momento em que as lutas e movimentos sociais propagam-se pelo mundo, no âmago do capitalismo, e a retomada de lutas operárias cria uma nova situação política na Europa, os problemas urbanos se evidenciam tanto nas diretrizes governamentais como no cotidiano da população. Assim,

“[...] torna-se urgente um esclarecimento da ‘questão urbana’, tanto como meio de desmistificação da ideologia das classes dominantes, quanto como instrumento de reflexão para as tendências políticas que, abordando problemas sociais novos, oscilam entre o dogmatismo das formulações gerais e a apreensão destas questões nos termos, invertidos, das formulações gerais e a apreensão destas questões nos termos, invertidos, da ideologia dominante.” (p.26)

Acerca do **processo histórico de urbanização**, que constitui objeto da primeira parte da obra, destaca-se que as representações em torno do processo de urbanização se utilizam de uma perspectiva teórico-evolucionista onde não haveria rupturas sociais de um período a outro, por vezes se criam periodizações da história da urbanização unicamente a partir da evolução de formas espaciais. Defendendo uma abordagem sociológica da urbanização, Castells salienta que o estudo da urbanização deve levar em conta relações entre forças produtivas, classes sociais e formas culturais, as quais abarcariam o espaço. O segundo capítulo da primeira parte da obra trata da questão da formação das regiões metropolitanas nas sociedades industriais capitalistas. Novamente, o autor nega análises estanques da forma urbana e atenta para as análises qualitativas do espaço e das relações sociais que emergem juntamente a novas configurações espaciais, que constituem as áreas metropolitanas. “O que distingue esta nova forma das precedentes não é só seu tamanho (que é a consequência da sua estrutura interna), mas também a *difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos. E sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica.*” (p. 53)

A segunda parte da obra aborda a questão da **ideologia urbana** como prática

“[...] específica que apreende os modos e formas de organização social enquanto característicos de uma fase da evolução da sociedade, estritamente ligada às condições técnico-naturais da existência humana e, finalmente a seu *quadro de vida*. É esta ideologia que, em última análise, fundamentou amplamente a possibilidade de uma “ciência do urbano”, compreendida como espaço teórico pela especificidade de seu objeto.” (p.126)

A estrutura urbana é a temática central da terceira parte da obra. Nela o autor identifica e estabelece uma crítica concisa às principais correntes teóricas que analisam o urbano: organicista evolucionista (ecologia humana), culturalista e historicista. A partir dessa crítica, afirma que uma teoria sobre a estrutura urbana deve “ultrapassar a oposição ideológica entre a determinação do espaço pela natureza e sua modelagem pela cultura, para unir estes dois termos numa problemática que reconhece a especificidade do social humano, sem o afirmar

como criação gratuita, inexplicáveis segundo leis.” (p. 189). Assim, seria necessário inserir a problemática ecológica, de base materialista, numa análise sociológica, cujo tema central é a ação contraditória dos agentes sociais. Tendo por base os conceitos fundamentais do materialismo histórico, Castells destaca a necessidade de analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social, que abarca os sistemas econômicos, políticos e ideológicos.

A resultante espacial desses sistemas, por sua vez, se estrutura na relação dialética entre produção e consumo e nas trocas derivadas entre os dois. Na produção, “o conjunto de realizações espaciais derivadas do processo social de reprodução dos meios de produção e do objeto de trabalho.” (p. 201). No consumo, o conjunto de realizações espaciais derivadas do processo social de reprodução da força de trabalho. A partir disso, visando explicar processos reais e menos genéricos, o autor especifica os principais elementos da estrutura urbana.

Acerca do espaço da produção, aborda a implantação e localização de instalações industriais e de escritórios. Destaca que embora o elemento produção seja a base do sistema econômico capitalista, sistema dominante da estrutura social, isso não significa que o urbano esteja prioritariamente fundamentado na indústria. É preciso articular os elementos produção e consumo. Ainda a cerca da lógica de implantação industrial, aborda o caso metropolitano de Paris.

Sobre o espaço de consumo, local de reprodução da força de trabalho, aborda os locais de habitação, os espaços verdes e equipamentos e ainda, no plano da reprodução social e ideológica, o aparelho escolar e sociocultural. Nesse momento, dá prioridade ao tema habitação, destacando os processos de segregação sócio-espacial.

O elemento troca aparece como suporte a uma discussão sobre a problemática dos transportes na produção do espaço urbano, defendendo que “[...] a análise da circulação urbana deve ser entendida como uma especificação de uma teoria mais geral da *troca* entre os componentes do sistema urbano, o que quer dizer, concretamente, que devemos estabelecer o *conteúdo* circulante para poder explicar o tipo de circulação.” P. 276 Ou seja, uma análise da circulação (e consequentemente dos transportes) deve considerar as relações entre os elementos da estrutura urbana.

Na quarta e última parte da obra, Castells se debruça sobre a **política urbana**, explorando também a pesquisa sobre movimentos sociais urbanos.

“ O âmago da análise sociológica da questão urbana está no estudo da política urbana, isto é, da articulação específica dos processos designados como “urbanos” no campo da luta de classes e , por conseguinte, na intervenção da instância política (aparelho do Estado) – objeto, centro e mecanismo da luta política.” (p. 351)

Na conclusão, o autor reconhece que sua obra não traz descobertas, mas a considera um produto teórico acabado, e retoma as principais teses levantadas, a saber:

- a questão urbana é uma questão ideológica, e essa ideologia tem duplo efeito social: no plano da produção do conhecimento assimila a reprodução da força de trabalho à cultura de toda uma sociedade, a cultura dominante mascara seu caráter classista; no plano social essa ideologia naturaliza as contradições sociais no processo de reprodução da força de trabalho.
- a ideologia urbana tem base social nas contradições cotidianas dos indivíduos e grupos sociais.
- o esclarecimento da ideologia urbana exige estudos teóricos acerca de cada uma das questões inseridas nessa problemática: as formas sociais do espaço, as condições de realização do processo de reprodução da força de trabalho e a relação desses elementos com sistemas culturais da cada formação social.
- O espaço, produto social, é definido pelas relações de diferentes instâncias da estrutura social, com destaque à econômica, política e ideológica e a conjuntura de relações sociais dela resultante. Assim, o espaço é uma conjuntura histórica e uma forma dos processos sociais.
- A análise da estrutura espacial exige a dedução das formas (conjunturas espaciais) a partir dos processos econômicos, político-jurídicos e ideológicos, especificando tais categorias.
- O urbano não remete unicamente uma forma espacial, exprime também a organização social do processo de reprodução da força de trabalho.
- No capitalismo, o urbano é para o processo de reprodução o que a empresa é para o processo de produção, ou seja, compondo uma unidade específica articulada a outras unidades que formam o conjunto do processo. Essa especificidade é histórica e corresponde ao domínio da instância econômica dentro da estrutura social (o espaço da produção sendo o espaço regional e o da reprodução sendo chamado de espaço urbano).

- A cultura urbana (o espaço, o urbano, os comportamentos sociais) tem fundamento ideológico que mascara as contradições sociais. Em contrapartida, a relação entre o urbano e meios sociais específicos é legítima, no entanto, sua articulação exige uma teorização adequada da estrutura urbana.
- A planificação urbana consiste na intervenção política nas demais instâncias de uma formação social visando, sobretudo, garantir o processo de dominação de uma classe sobre outra, no contexto de reorganização do sistema urbano.
- Movimento social urbano consiste num conjunto de práticas resultado da inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e social, visando transformações estruturais do urbano ou modificações substanciais na relação de força das lutas de classe.
- Uma prática política sobre o urbano, baseada nas teses apresentadas anteriormente, deve levar em consideração que: é preciso identificar o lugar de cada questão nas contradições da estrutura social; quanto mais relevante uma aliança de classes, maior sua relação com o urbano; as operações de planificação urbana devem ser encampadas pelo governo atentando para o lugar que ocupam no sistema geral de contradições sociais e questionando seu sentido enquanto regulação dos interesses dominantes.
- Dentre as conseqüências da prática teórica sobre o urbano, destaca-se que: toda análise neste domínio deve estabelecer uma delimitação prévia do campo de estudo, sobretudo visando identificar e depurar o discurso ideológico em torno da problemática em questão, evitando assim assumir a ideologia nos encaminhamentos da investigação; é preciso identificar as instâncias da estrutura social e sua articulação interna, que se exprimem em termos de relações e historicamente, só existem nas práticas.
- Por fim, assinala que só é possível avançar teoricamente no campo dos estudos urbanos a partir da análise de situações concretas que permitam progredir em três planos: produção de conhecimento (parcial) a partir de práticas sociais historicamente dadas; produção e articulação de conceitos a fim de compreender de forma específica um certo domínio social; produção de uma experiência prática de pesquisa que contribua na construção de metodologias que atendam à perspectiva teórica.

4. CRÍTICA À QUESTÃO URBANA, SEGUNDO HARLOE (1979)

Influenciado pela teoria da instância política e pelo estruturalismo de Althusser, Castells relaciona a instância econômica a outras esferas, política e ideológica. Considera que tais instâncias, relativamente autônomas, formam uma unidade estrutural complexa e articulada. “Cada elemento pode ser desenvolvido segundo diferentes índices e as contradições dentro e entre os elementos são determinadas, não por um único fator – como o econômico –, mas pelos efeitos complexos do conjunto estrutural. Althusser chama isso de superdeterminação.” (p. 82) Dessa maneira, Castells assume que as relações entre trabalho e capital não são puramente econômicas, mas também políticas e ideológicas.

O primeiro ponto ambíguo da obra *A questão Urbana* diz respeito ao fato de Castells insistir que prática e estruturas são inseparáveis e o modo como realmente se utiliza desses conceitos para proporcionar diferentes análises cria muitos pontos de tensão em seu trabalho. Castells não consegue aplicar a metodologia por ele mesmo proposta, que consiste em delinear uma estrutura urbana para definir locais e funções ocupadas por indivíduos, evidenciando práticas e lutas de classes.

A respeito da análise estrutural do espaço urbano desenvolvida por Castells, onde ele analisa as instâncias econômicas, políticas e ideológicas, subdividindo-as em subcategorias, ocorre certa imposição de conceitos arbitrários sobre a realidade, que permite categorizações e especificações. O elemento moradia, por exemplo, é analisado sob a ótica do consumo, no entanto, é uma variável econômica, política e ideológica. Dessa maneira, Castells muitas vezes se aproxima ao método empírico, rejeitado por ele mesmo, que se propõe a criar uma teoria sobre o urbano.

Há distinções entre as verdadeiras perspectivas e as intenções teóricas levantadas por Castells. Este, ao criticar a sociologia urbana burguesa, destaca a inexistência de um objeto científico e que represente construções ideológicas. “Contudo sua própria teoria [...] incide em uma armadilha metodológica similar àquela de seus predecessores, leva-o a ressuscitar uma definição distinta de ‘urbano’ que é tolerável para um elemento de sua estrutura urbana e para aspectos particulares da realidade.” (p. 84) Além das contradições explícitas na obra de Castells,

“permanece o fato, porém de que Castells tenta, corajosamente, desenvolver uma perspectiva marxista coerente com as questões urbanas que têm sido importante fonte intelectual para vários trabalhos franceses. Seu desejo de discutir criticamente seu pontos de vista na Inglaterra, na América ou em qualquer outro lugar tem sido incomensuravelmente valioso par estimular um verdadeiro debate internacional em um campo onde isso raramente acontecia.”(p. 80)

5. CONCLUSÃO

A pesquisa urbana de matriz marxista, desenvolvida na França, especialmente na década de 1970, se não cria uma escola de fato, dada a heterogeneidade de seus principais expoentes, certamente influencia estudiosos do urbano até hoje. A construção de uma crítica consistente, no entanto, se pauta primeiramente no reconhecimento da obra de Marx, que constitui sua base teórica fundamental. A análise crítica dos principais autores do período, por sua vez, não se constrói isoladamente, sendo necessário contrapor diferentes posicionamentos, elucidar conflitos teórico-conceituais e convergências de idéias. Nesse contexto, dado o escopo desse trabalho, esse texto se propôs construir uma primeira aproximação teórica do contexto histórico em que emergiu a pesquisa urbana francesa e sobretudo da obra de Manuel Castells, através da descrição das teses centrais contidas em *A questão urbana*, de 1972.

Trata-se de uma obra polêmica, que se defronta com críticas severas, uma delas estabelecida por Harloe (1979), cujas principais idéias estão reproduzidas nesse texto. No entanto, o pioneirismo e a validade da obra são inquestionáveis, uma vez que o autor se posiciona frente a uma tradição sociológica funcionalista e positivista, introduzindo nas análises urbanas as questões das lutas de classes, dos movimentos sociais urbanos e das políticas públicas. A obra busca também romper com o empirismo na análise urbana, portanto estabelece uma série de conceitos e categorias, muitas vezes invalidados por outros teóricos, com propósito de estabelecer uma teoria urbana, baseada nas práticas sociais.

Talvez o ponto mais marcante da crítica ao livro *A questão urbana* se refira à adoção da cidade, do urbano, fundamentalmente como espaço do consumo coletivo e da reprodução da força de trabalho, em sobreposição à cidade como lócus da produção. Mesmo alguns autores contemporâneos à Castells, como Lefebvre, Lojkin, Préteceille, rejeitam essa tese. Castells, embora reconheça a importância dos espaços de produção, defende que os espaços de

consumo e reprodução da força de trabalho tem maior poder estruturador sobre o espaço urbano.

Ressalta-se ainda que a *A questão urbana* resulta de um esforço de Castells em busca da formulação de uma teoria urbana, calcada numa análise estrutural do sistema capitalista em suas três instâncias fundamentais: econômica, política e ideológica. Se em algum momento são forjados categorias ou argumentos aparecem descolados da realidade, talvez a complexidade inerente à formulação de uma teoria, de novos conceitos, justifique deslizos do gênero.

Por fim, essa primeira aproximação da pesquisa urbana francesa e especificamente da obra de Castells responde às questões iniciais a que esse texto se propõe e abre o caminho a investigações futuras acerca da teoria apresentada. Afinal, quais seriam as contribuições efetivas da sociologia urbana francesa e da obra de Castells na América Latina? Qual a validade de suas categorias de análise para a cidade contemporânea?

6. BIBLIOGRAFIA

- CASTELLS, M. (1972). **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 4ª Ed.
- CHAUI, M. **O que é ideologia**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HARLOE, Michael (1979). Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas. **REVISTA ESPAÇO & DEBATES**, São Paulo, n. 28, 1989, p. 80-100.
- TOPALOV, Christian (1987). Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **REVISTA ESPAÇO & DEBATES**, São Paulo, n. 23, 1988, p. 5-29.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, FAPESP. Lincoln Institute, 2001, 2ª Ed.